

Câmara decidirá se processa deputados

TRIBUNA DO BRASIL

17 JUN 2003

Corrupção

WIGBERTO TARTUCCE É SUSPEITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO E REMESSA ILEGAL DE DÓLARES. BENÍCIO TAVARES É ACUSADO DE DESVIO DE VERBAS

Amaral Sales

Dois requerimentos sobre a conduta de dois deputados distritais serão apreciados hoje durante reunião extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal. O primeiro requerimento, apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), pede abertura de investigações de supostos atos praticados pelo deputado Wigberto Tartucce (PP), com base em inquérito aberto pela Polícia Federal. Esse inquérito aponta Vigão como participante de um esquema de lavagem de dinheiro com a remessa ilegal de dólares para o exterior, por meio do extinto Banco do Estado do Paraná (Banesbado).

De acordo com a presidente da comissão, deputada Érika Kokay (PT), "é prematuro tirar qualquer conclusão sobre a culpabilidade do deputado enquanto não forem analisadas todas as provas e implicações que o caso contém". No entanto, a parlamentar afirma que, uma vez comprovada a participação de Vigão no esquema de lavagem de dinheiro, a Câmara terá a responsabilidade de tomar a decisão mais coerente, ou seja, pedir a cassação do mandato parlamentar de Wigberto Tartucce. Caso isso ocorra, será a primeira vez na história da Câmara Legislativa que um parlamentar distrital correrá o risco de receber impeachment no DF.

Outro item da pauta de hoje na Comissão de Direitos Humanos, com requerimento de autoria do deputado Augusto Carvalho (PPS), solicita providências sobre a conduta do deputado e presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares (PTB). O parlamentar vem



Hiram Vargas

Wigberto Tartucce corre o risco de ser alvo de processo de impeachment

sofrendo processo judicial que o acusa de desvio de verbas da Associação dos Deficientes de Brasília, por ocasião de sua passagem na entidade como presidente. Apesar de já ter sido inocentado até pelos próprios diretores da associação, Augusto entende que o assunto não pode ser ignorado pela Câmara Legislativa.

A Comissão de Direitos Humanos, segundo sua presidente, deputada Érika Kokay, pretende encerrar este semestre legislati-

vo esgotando em 100% a pauta de projetos, requerimentos e moções apresentados nestes primeiros seis meses de atuação do novo legislativo local.

Ela esclarece que são vários os temas sugeridos pelos parlamentares que, obrigatoriamente, deverão passar pelo crivo da comissão. "Não priorizamos qualquer projeto de lei apresentado à nossa avaliação, isto porque entendemos que direitos humanos são prerrogativas inerentes a qualquer cidadão de

bem do mundo. Queremos contribuir para que, ao final deste mandato, os brasilienses estejam mais conscientes da observância aos preceitos básicos que norteiam a boa conduta social", afirma Érika Kokay.

Entre a demanda apresentada neste primeiro semestre as principais proposições protocoladas na Câmara Legislativa dizem respeito aos interesses das minorias da sociedade, além de crianças, adolescentes, deficientes físicos e idosos.